

Leia o texto a seguir.

Mas há algum, não sei qual, enganador mui poderoso e mui ardiloso que emprega toda sua indústria em enganar-me sempre. Não há, pois, dúvida alguma de que sou, se ele me engana; e, por mais que me engane, não poderá jamais fazer com que eu nada seja, enquanto eu pensar ser alguma coisa. De sorte que, após ter pensado bastante nisto e de ter examinado cuidadosamente todas as coisas, cumpre enfim concluir e ter por constante que esta proposição, *eu sou, eu existo*, é necessariamente verdadeira todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito.

(DESCARTES, René. *Meditações*. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p.100 - Coleção Os Pensadores.)

A partir do texto e dos conhecimentos acerca de Descartes:

- a) Apresente o propósito e os graus da dúvida metódica.
- b) Demonstre como Descartes descobre que o pensamento é a verdade primeira.

QUESTÃO 1 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA

Conteúdo: O problema da ciência, conhecimento e método na Filosofia. Descartes.

Resposta esperada

- a) Em Descartes, a dúvida expressa a tentativa de estabelecer um princípio firme e constante nas ciências. Seguindo a ordem das razões, serão submetidos à crítica os fundamentos do conhecimento, partindo do sensível (argumento dos sentidos), passando pela imaginação (argumento do sonho) e chegando às verdades matemáticas (argumento do deus enganador e do gênio maligno). Sendo metódica, a dúvida converter-se-á em universal, e se dela não resultar um princípio positivo para fundamentar o sistema da ciência, pelo menos não se tomará por verdadeiro o que for dubitável.

Espera-se, pois, que o candidato:

- Apresente claramente o propósito da dúvida que é estabelecer um princípio firme e constante nas ciências, bem como mostrar saber que a dúvida metódica distingue-se de outros modos de duvidar, por exemplo, da dúvida cética, pois seu propósito é distinto;
- Apresente os graus da dúvida: sensível (argumento dos sentidos), imaginação (argumento do sonho) e as verdades matemáticas (argumento do deus enganador e do gênio maligno);
- Mostre conhecimento a respeito das consequências da universalização da dúvida: se dela não resultar um princípio positivo para fundamentar o sistema da ciência, pelo menos não se tomará por verdadeiro o que for dubitável.

- b) Para Descartes, o pensamento aparece como uma evidência, resultante como logicamente necessária, do método da dúvida. O pensamento não é instituído pela universalização da dúvida, pois ele é a própria condição de duvidar. Após estender a dúvida a todos os fundamentos do conhecimento, dos mais incertos aos mais aparentemente seguros, o pensamento surgirá como uma evidência, cuja certeza é tão irrefutável, que sequer o gênio maligno poderá fazer com que eu nada seja, enquanto pensar ser algo. A solidez desta certeza servirá de fundamento ao sistema das ciências.

Espera-se, pois, que o candidato:

- Apresente claramente o pensamento como verdade primeira: em Descartes, o pensamento aparece como uma evidência, resultante como logicamente necessária, do método da dúvida;
- Mostre que o pensamento é uma atividade autofundante: a certeza da sua existência resulta da própria atividade do pensamento: nada poderá fazer com que eu não seja enquanto eu pensar.

Leia o texto a seguir.

Mesmo na reprodução mais perfeita, um elemento está ausente: o aqui e agora da obra de arte, sua existência única, no lugar em que ela se encontra. É nessa existência única, e somente nela, que se desdobra a história da obra. Essa história compreende não apenas as transformações que ela sofreu, com a passagem do tempo, em sua estrutura física, como as relações de propriedade em que ela ingressou. Os vestígios das primeiras só podem ser investigados por análises químicas ou físicas, irrealizáveis na reprodução; os vestígios das segundas são o objeto de uma tradição, cuja reconstituição precisa partir do lugar em que se achava o original.

(BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Obras escolhidas*, Vol. 1: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.167.)

Com base no texto e nos conhecimentos acerca de Walter Benjamin, explique por que as técnicas de reprodução provocam a destruição das condições de autenticidade da obra de arte.

QUESTÃO 2 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA

Conteúdo: O problema da relação da arte com a sociedade. Walter Benjamin.

Resposta esperada

Para Walter Benjamin, toda obra de arte abriga em si duas dimensões fundamentais, que permitem falar da sua autenticidade: condições materiais, por meio das quais é possível reconstituir sua natureza específica; condições históricas, pelas quais se pode situá-la como um momento de uma determinada tradição, não apenas da arte, mas também social. As técnicas de reprodução liquidam a autenticidade da obra de arte na medida em que, ao reproduzi-la, destroem tanto a especificidade dos seus elementos materiais - a cópia de um quadro é constituída de elementos totalmente distintos do original - quanto o pertencimento a uma tradição histórica, social - o quadro reproduzido já não resulta de uma atividade criativa situada no tempo, numa tradição, por meio do qual se poderia captar algo dessa tradição. A reprodução da obra de arte mantém apenas o aspecto exterior da obra, destruindo o que nela há de autêntico, seu aqui e agora histórico, sua aura, sua existência única, enfim, sua autenticidade.

Espera-se que o candidato demonstre claramente as razões pelas quais a reprodução de uma obra de arte destrói as condições de autenticidade da obra.

Para lograr tal propósito, o candidato deverá mostrar que a autenticidade de uma obra abriga duas condições: condições materiais (elementos de que a obra é constituída) e condições históricas (pertencimento a uma determinada tradição); a reprodução não pode manter tais condições, razão pela qual ela implica na destruição das condições de autenticidade, pois, numa cópia, a especificidade (autenticidade) do original é perdida.

Leia os textos a seguir.

A única maneira de instituir um tal poder comum é conferir toda sua força e poder a um homem ou a uma assembléia de homens. É como se cada homem dissesse a cada homem: *Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembléia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações.* Feito isso, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado.

(Adaptado de: HOBBS, T. *Leviatã*. Trad. de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p.109. Coleção Os Pensadores.)

O ponto de partida e a verdadeira constituição de qualquer sociedade política não é nada mais que o consentimento de um número qualquer de homens livres, cuja maioria é capaz de se unir e se incorporar em uma tal sociedade. Esta é a única origem possível de todos os governos legais do mundo.

(Adaptado de: LOCKE, J. *Segundo tratado do governo civil*: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Trad. de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994. p.141. Coleção Os Pensadores.)

A partir da análise dos textos e dos conhecimentos sobre o jusnaturalismo e contratualismo no que se refere à instituição do Estado, explique as diferenças entre o contrato proposto por Hobbes e o proposto por Locke.

QUESTÃO 3 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA

Conteúdo: Estado, sociedade e poder. Hobbes e Locke.

Resposta esperada

Para Hobbes, o contrato é firmado pelos homens naturais entre si, que outorgam a um terceiro o poder soberano, sendo a instituição deste apenas a conclusão do contrato. O Estado é instituído, quando uma multidão de homens escolhe um representante e aceita todos os seus atos e decisões como se fossem seus atos e decisões. Assim, em Hobbes os seres humanos, com o objetivo de preservar suas vidas, transferem a outro homem ou assembleia a força de coerção da comunidade; trocam voluntariamente a liberdade que possuíam no estado de natureza pela segurança do Estado - *Leviatã*.

Para Locke os seres humanos concordam em estabelecer a sociedade política - civil - com o objetivo de preservar e consolidar os direitos que já possuíam no estado de natureza - direito à vida, à liberdade e aos bens. Locke acredita que no estado civil os direitos naturais inalienáveis estarão mais bem protegidos sob o amparo da lei, do arbítrio e da força do corpo político unitário.

Espera-se que o candidato apresente as diferenças entre o contrato apresentado por Hobbes e o apresentado por Locke, isto é:

- que, em Hobbes, o Estado é instituído, quando uma multidão de homens escolhe um representante e aceita todos os seus atos e decisões como se fossem seus atos e decisões;
- que, para Hobbes, os homens naturais entre si outorgam a um terceiro o poder soberano, sendo o soberano apenas a conclusão do contrato;
- que, para Hobbes, o contrato que institui o Estado tem como objetivo preservar a vida dos indivíduos;
- que, em Hobbes, os indivíduos transferem a liberdade que possuíam no estado de natureza pela segurança do estado - *Leviatã*;
- que, para Locke, os seres humanos concordam em estabelecer a sociedade política - civil - com o objetivo de preservar e consolidar os direitos que já possuíam no estado de natureza - direito à vida, à liberdade e aos bens;
- que Locke acredita que no estado civil os direitos naturais inalienáveis estarão mais bem protegidos sob o amparo da lei, do arbítrio e da força do corpo político unitário.

Leia os textos a seguir.

Projeto de lei quer tornar 'busca pela felicidade' uma obrigação do Estado.

(Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/787567-projeto-de-lei-quer-tornar-busca-pela-felicidade-uma-obrigacao-do-estado.shtml>>.

Notícia de 23 ago. 2010. Acesso em: 3 jul. 2011.)

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) lançou ontem um índice de “vida melhor” para medir a felicidade dos países, que vai bem além das cifras do Produto Interno Bruto (PIB).

(Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/valor-economico/2011/05/25/ocde-cria-indice-de-felicidade-nacional>>.

Notícia de 25 maio 2011. Acesso em: 3 jul. 2011.)

A felicidade, mais do que qualquer outro bem, é tida como o bem supremo, pois a escolhemos por si mesma e nunca por causa de algo mais. Por sua vez, a honra, o prazer e a razão, embora os escolhamos por si mesmos (pois os escolheríamos, ainda que nada resultasse deles) escolhemo-los por causa da felicidade, pensando que a posse deles nos tornará felizes. Ao contrário, ninguém escolhe a felicidade tendo em vista algum destes, tampouco, de um modo geral, qualquer outra coisa que não seja ela própria. Se a felicidade é a atividade conforme à virtude, será razoável que ela esteja em conformidade com a mais alta de todas as virtudes, a qual se refere à melhor parte de cada um de nós. Não só é a razão a melhor coisa que existe em nós, como também os objetos da razão são os melhores entre os objetos passíveis de ser conhecidos. É a mais contínua, já que a contemplação da verdade pode ter uma continuidade maior que a de qualquer outra atividade que possamos exercer.

(Adaptado de: ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p.15; 188. Coleção Os Pensadores.)

Pelas notícias acima, percebe-se que o tema felicidade está em voga. Para a filosofia, esse tema se impôs ainda na antiguidade clássica. Para Aristóteles, é insuficiente dizer que a felicidade – *eudaimonia* – é o maior bem para os seres humanos, pois há variações acerca do que cada um identifica por felicidade. Por essa razão, o filósofo afirma que é preciso compreender que tipo de vida ou bem viver está subjacente à felicidade.

A partir dos conhecimentos sobre o tema felicidade em Aristóteles, explique em que cada um dos três tipos principais de vida (honra, prazer, razão) se aproxima ou se afasta da felicidade.

QUESTÃO 4 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA

Conteúdo: Liberdade, emancipação e dever. O problema ético em Aristóteles.

Resposta esperada

Aristóteles revela que o ser humano pode escolher três espécies fundamentais de vida: vida dos prazeres, a vida política e a vida contemplativa. A maioria busca o prazer – vida dos prazeres –, pois é uma inclinação natural buscar o prazer e fugir da dor. A vida dos prazeres não se restringe apenas aos seres humanos, mas faz parte da vida de todos os animais, pois esses sentem apetites e desejos. Os apetites ou as coisas apetecidas não são boas nem más; os apetites só se tornam maus se não estiverem mediados pela racionalidade sendo, assim, imoderados. A **vida política** é escolhida pelos melhores, pois esses visam à honra. A honra é o objeto da vida política. O problema é que a honra depende mais de quem a dá do que daquele que a recebe. Se a felicidade deve ser constituída por algo que seja próprio a cada indivíduo e não por algo que dependa de um terceiro, a vida de honra não pode proporcionar a mais alta felicidade. A felicidade mais perfeita para os seres humanos reside no exercício da inteligência teórica, isto é, na contemplação. É a **vida contemplativa** que realiza o fim próprio do ser humano. A vida contemplativa é uma espécie de vida: auto-suficiente, aquele que a possui já não deseja mais nada, embora isso não o impeça de desfrutar de outros bens; que buscamos por si mesmo e não como meio para outra coisa; é uma atividade contínua e duradoura. Mas Aristóteles reconhece que o ideal de uma vida contemplativa contínua é apenas possível para os deuses; os seres humanos têm necessidades ligadas ao corpo. Portanto, a felicidade também pode ser encontrada mediante o exercício da sabedoria prática, que consiste em dominar as paixões e conseguir uma relação amável e satisfatória com o mundo natural e social.

Espera-se que o candidato apresente os três tipos principais de vida para Aristóteles: a vida dos prazeres – prazer; a vida política – honra; e a vida contemplativa – razão.

Aristóteles assevera que a maioria das pessoas busca a vida dos prazeres – o prazer –, pois é uma inclinação natural buscar o prazer e fugir da dor.

- A vida dos prazeres não se restringe apenas aos seres humanos, mas faz parte da vida de todos os animais, pois esses sentem apetites e desejos.
- Os apetites ou as coisas apetecidas não são boas nem más; os apetites só se tornam maus se não estiverem mediados pela racionalidade sendo, assim, imoderados.

A vida política é escolhida pelos melhores, pois esses visam à honra.

- A honra é o objeto da vida política, no entanto, o problema é que a honra depende mais de quem a dá do que daquele que a recebe.
- No entanto, a felicidade deve ser constituída por algo que seja próprio a cada indivíduo e não por algo que dependa de um terceiro, assim, a vida de honra não pode proporcionar a mais alta felicidade.

A felicidade mais perfeita para os seres humanos reside no exercício da inteligência teórica, isto é, na contemplação.

- A vida contemplativa realiza o fim próprio do ser humano.
- A vida contemplativa é uma espécie de vida autosuficiente, aquele que a possui já não deseja mais nada, embora isso não o impeça de desfrutar de outros bens; uma espécie de vida que buscamos por si mesma e não como meio para outra coisa; uma atividade contínua e duradoura.

Aristóteles reconhece que o ideal de uma vida contemplativa contínua/duradoura apenas é possível para os deuses, pois os seres humanos têm necessidades ligadas ao corpo. Portanto, a felicidade também pode ser encontrada mediante o exercício da sabedoria prática, que consiste em dominar as paixões e conseguir uma relação amável e satisfatória com o mundo natural e social.

Alguns ainda procuram a riqueza, mas a riqueza é apenas um meio, nunca um fim. A riqueza é algo externo ao ser humano e é desejada por aquilo que pode proporcionar e não em si mesma. A riqueza é uma condição prévia, pois oportuniza ao ser humano a possibilidade de se dedicar e a exercitar a atividade própria da felicidade.